

-----**ACTA N.º 5/2011**-----

-----Aos 28 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 20:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência do 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Senhor António Manuel dos Reis Álvaro, em substituição da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dar conhecimento do pedido de renúncia ao mandato da Senhora Deputada Milena Sandra Tavares Esteves, através de carta endereçada pela mesma a este órgão, datada de 04/11/2011. Deu também conhecimento de que nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista, Senhora Hermínia Maria Ferreira Morgado Diogo, que também renunciou ao mandato no dia 20/12/2011. Nesta sequência, foi convocado nos termos da Lei, o Senhor Luís Manuel do Nascimento Saraiva.-----

-----Compareceram a esta reunião os seguintes membros:-----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Diana Patrícia Duarte Seco;-----

-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Luís Carlos Fernandes Santos;-----

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva;-----

-----Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----

-----António Rego Rodrigues Veloso;-----

-----Isabel Cristina Lopes Andrade;-----

-----Frederico Manuel Martins Sena;-----

-----António José Achando da Fonseca;-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Horácio Monteiro Antunes;-----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento; -----
-----Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açores; -----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----
-----Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiço da Serra;-----
-----José Jorge da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro; -----
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Fernando Cardoso Gonçalves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em substituição do Senhor Paulo Sérgio da Silva Mimoso; -----
-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais;-----

-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria; -----

-----José Rocha Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro; -----

-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa; -----

-----António Manuel Morgado Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas; -----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----

-----Ana Isabel Lucas Cabral Janelas; -----

-----António Agostinho Lucas da Silva; -----

-----Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz; -----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão; -----

-----Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques; -----

-----Júlio dos Santos Ambrósio; -----

-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente. -----

-----Conforme a redacção dada pelo n.º 3, do art.º 46.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro Secretário António Manuel dos Reis Álvaro, passando assim o Senhor Deputado Horácio Monteiro Antunes a primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal e para ocupar o lugar de segundo Secretário, foi convidada a Senhora Deputada Diana Patrícia Duarte Seco. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, secretariado pelo Senhor Deputado Horácio Monteiro Antunes e pela Senhora Deputada Diana Patrícia Duarte Seco, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por desejar a todos os presentes votos de Boas Festas e um Feliz Ano 2012. -----

-----A Senhora **Deputada Ana Isabel Correia** apresentou uma Moção de Repúdio relativa à “Não à Extinção de Freguesias”, que de seguida se transcreve:-----

-----“O Partido Socialista de Celorico realizou um périplo por algumas freguesias do Concelho, ouvindo Autarcas, Militantes, Simpatizantes e população em geral sobre a Reforma da Administração do Poder Local. -----

-----Há a registar, fruto de todos esses contactos, as seguintes conclusões, que resultam da auscultação, debate e acima de tudo da partilha de opiniões dos agentes locais que conhecem a sua freguesia: -----

-----Se por um lado não se compreende como representando cerca de 0,1% das despesas do Orçamento do Estado a verba que está destinada às freguesias, prevendo-se para o ano de 2012 um corte no Fundo de Financiamento das Freguesias na ordem dos 6,5%, se alegue a necessidade de reduzir para poupar;-----

-----Atendendo a que as verbas que são aplicadas nas Freguesias, são aplicadas com o máximo de rigor, permitindo a maior parte das vezes uma

correcta conservação de espaços pertencentes à Freguesia, não os deixando degradar e que de outra forma nunca seriam preservados, em especial locais de interesse patrimonial e histórico, o que por si só é já justificativo da despesa inscrita no orçamento do Orçamento do Estado;-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia continua a ser a referência da localidade, pessoa a que os munícipes contactam muitas vezes para obter ajuda na resolução de pequenos problemas do dia-a-dia;-----

-----Traçar as novas freguesias com compasso, régua e esquadro é uma afronta para as pessoas que habitam as regiões do Interior e um completo desconhecimento sobre o País Real;-----

-----O Livro Verde demonstra bem a política do “ar condicionado” deste Governo. Não teve em consideração as acessibilidades entre freguesias, a existência, ou não, de transportes públicos entre localidades. A identidade de cada lugar, o bairrismo regional. Omite o futuro funcionamento das Freguesias, na nova Lei Eleitoral, para quem vai o património existente? O que fazer com os funcionários das freguesias a extinguir? Premissas estas que são fundamentais para uma escolha justa e equitativa;-----

-----Aos critérios demográficos será necessário associar critérios de área territorial, já que no Interior as freguesias em média, representam mais de 15km²/Freguesia, enquanto por exemplo em Lisboa, essa media não ultrapassa os 1,6km²/Freguesia, bem como o facto dos critérios demográficos nas freguesias do Interior não correspondem à realidade, pois não foram contabilizados os migrantes que possuem habitação nas suas freguesias de origem, podendo regressar a qualquer momento e assim fazer face ao grande flagelo que é a desertificação;-----

-----Tal como o Partido Socialista está a fazer, também o Governo tinha a obrigação de ter lançado o debate a nível Nacional, Regional e Local, para assim melhor compreender as reais necessidades de cada população;-----

-----Considerando que a identidade das Freguesias deve ser mantida, uma vez que ao longo dos anos temos assistido a um encerramento do Interior, onde o envelhecimento e a desertificação são uma realidade,

esvaziando-se das poucas infra-estruturas que o 25 de Abril conseguiu e consolidou: O Poder Local Democrático.-----

-----Dado que as freguesias a agregar serão vistas como anexas à freguesia, o que apagará certamente as características tão particulares de cada freguesia/Aldeia (inexistência dos critérios de associação/aglutinação);

-----Os Autarcas das Freguesias não podem ser considerados gastadores nem tão pouco vistos como lutadores pelo cargo a troco de compensações monetárias. Preferem de certeza a redução do valor nos abonos a que têm direito mas esperam preservar as Freguesias do que extingui-las; -----

-----A Reforma Administrativa deve executar-se incidindo no Aparelho do Estado Central, nas Câmaras Municipais e não só nas Freguesias como se pretende fazer;-----

-----Não há Freguesias com dívidas à Banca. Não há Freguesias com dívidas de Empresas Municipais. Não há Freguesias com excesso de pessoal no quadro; -----

-----A Coesão territorial só é possível com o trabalho constante e diário, em que as Juntas de Freguesia através dos seus membros são o “Pronto-Socorro”, para estas populações que vivem longe dos grandes Centros Urbanos e Administrativos, valorizando desta forma a política de proximidade;-----

-----Consideramos que a proposta apresentada pelo Governo de maioria PSD/PP para a Reorganização Administrativa do Poder Local, através do Documento Livro Verde constitui uma discriminação altamente negativa para todos aqueles que mais isolados estão dos grandes Centros e que mais sofrem de subdesenvolvimento, constituindo um recuo no processo democrático que Abril nos trouxe e um atentado à igualdade de oportunidades, em que o esquecimento das pessoas será o produto final ao invés do seu bem-estar.-----

-----O que verdadeiramente está em causa e que não têm coragem de dizer é que o Interior é para acabar, não vale votos, são clientes, quiçá eleitores de segunda, e temos paradoxalmente no presente um verdadeiro

atentado com a instalação de portagens na A23 e A25, com as portagens mais caras no País onde o rendimento per capita é o mais baixo de todo o País. - -----

-----Por todos os motivos acima apresentados, consideramos que o Executivo Municipal não deve permitir que se efective qualquer extinção de Junta de Freguesia, sem que as populações sejam ouvidas, julgando pertinente a realização de um Fórum Concelhio da responsabilidade do Município, como forma de aproximar o poder político aos cidadãos, numa demonstração claro de contarmos com as suas opiniões e sugestões.-----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.”-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Nuno Nascimento** desejou Boas Festas a todos os presentes e apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Marques, antigo proprietário do Restaurante Boa Hora, que foi uma pessoa que fez muito por Celorico da Beira. -----

-----Referindo-se aos *outdoors* situados na freguesia da Ratoeira e os quais fazem menção à Pista de Pesca, pretendeu saber o porquê de as provas que estavam agendadas, não terem sido realizadas e também saber o motivo, pelo qual, o Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, não ter comparecido a uma reunião que estava previamente agendada. -----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** depois de ter sido aceite por unanimidade, o voto de pesar, deu cumprimento a um minuto de silêncio, por parte de todos os presentes, em memória do Senhor Manuel Marques. -

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** apresentou uma Moção de Repúdio, que de seguida se transcreve:-----

-----“Tendo em conta que na última Assembleia Municipal foi debatido o tema SAP (Serviço de Atendimento Permanente) e desde essa altura até hoje não houve qualquer desenvolvimento ou mudança de atitude;-----

-----Tendo em conta que recentemente tomou posse o Conselho de Administração da ULS/Guarda, EPE e manteve tudo conforme está. -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira aprova uma moção de repúdio fazendo ainda questão de recordar que tal situação agrava, e de que maneira, a vida dos residentes neste Concelho uma vez que entram dentro de 4 dias as novas taxas moderadoras, distintas em preço, de um SAP para as urgências hospitalares. -----

-----Celorico da Beira está a ser duplamente penalizado e discriminado em relação à grande maioria dos Concelhos que fazem parte da área geográfica da ULS da Guarda. -----

-----Celorico da Beira, 28 de Dezembro de 2011-----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.”-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** apresentou uma outra Moção contra a falta de qualidade de água fornecida pela Empresa de Águas do Zêzere e Côa ao Município de Celorico da Beira, que de seguida se transcreve:-----

-----“No decorrer da última Campanha Eleitoral para as Eleições Legislativas, o Partido Socialista colocou uma petição pública a circular contra o facto dos cidadãos do Distrito pagarem mais pelo consumo de água do que os habitantes dos grandes Centros Urbanos do Litoral, onde Celorico da Beira sente bem caro esse pagamento. -----

-----Como é óbvio se queremos tratar os Portugueses por igual, teremos então que nos basear no princípio da Universalidade, nomeadamente no fornecimento de serviços essenciais, uniformizando o preço da água. -----

-----Portugal enfrentou ao fim de todos estes anos com sucesso o objectivo essencial de fornecimento de água canalizada à totalidade da sua população. -----

-----Graças a este investimento, Portugal dispõe agora de uma rede de distribuição de água que cobre a totalidade do território, acabando com a desigualdade entre os grandes centros Urbanos e o Interior. No entanto,

apesar deste grande desenvolvimento, subsiste ainda uma diferenciação na cobrança das tarifas da água. -----

-----Não é justo, os cidadãos que estão no Interior do País pagarem mais pelo fornecimento de água. -----

-----No que ao tratamento de águas e saneamento diz respeito, Portugal, encontra-se numa situação singular no contexto Europeu. Somos o único País onde as áreas produtoras deste recurso (maior bacia hidrográfica do País) são simultaneamente as áreas mais penalizadas ao nível de tarifas. O sistema montado em redor das Águas de Portugal penaliza as áreas de baixa densidade colocando tarifas cada vez mais severas sobre populações com fracos recursos. -----

-----Numa tentativa de correcção destas assimetrias o anterior Governo criou um projecto de decreto de lei que tinha como objectivo harmonizar os tarifários ao nível nacional havendo lugar a uma redistribuição de custos e encargos do sistema e criando-se um sistema justo e equitativo. Um mecanismo semelhante ao que hoje já acontece com a electricidade. Este processo, denominado de perequação em “alta” foi atalhado unicamente pela queda do Governo interrompendo-se assim uma das maiores reformas das últimas décadas. -----

-----É sabido que o actual Governo se prepara para privatizar o sector das águas e paralelamente procurar soluções para harmonizar o sistema em “Baixa”. Isto é, o actual executivo governativo ao invés de corrigir as assimetrias nacionais e preparar um sistema que faça com que os valores da água e saneamento sejam equitativos para todos os Municípios do País, prepara-se para actuar ao nível dos valores cobrados aos consumidores com o falso argumento de que os valores não podem ser baixos “artificialmente”. A pergunta que se coloca é a seguinte: Se um território, de forma estratégica quiser baixar o preço da água e saneamento como forma de atractividade de populações e empresas não o poderá fazer? Porque não se harmoniza os valores em alta e se deixa esta discricionariedade dos valores a aplicar aos cidadãos e empresas para os municípios? A aplicação

deste método só vai prejudicar, ainda mais, as populações do Interior do País.-----

-----Deverá o Governo retomar a discussão da harmonização dos tarifários em alta com urgência pegando na proposta do anterior Governo que já possuía o aval dos agentes do sector e da Associação Nacional de Municípios.-----

-----No caso do Concelho de Celorico da Beira e apesar dos constantes avisos e de todas as reclamações que tem havido a verdade é que a Empresa de Águas do Zêzere e Côa, não tem apresentado resultados que justifiquem os constantes aumentos relacionados com o fornecimento de água aos Municípios, além da sua qualidade constituir um verdadeiro atentado à saúde pública.-----

-----É inadmissível que a água continue a chegar em condições impróprias para consumo directo, bem como para qualquer outro uso, pelo aspecto castanho e pelo odor nauseabundo que emana.-----

-----Justamente por isto é nosso entendimento propor a esta digníssima Assembleia uma Moção de Repúdio contra a falta de qualidade apresentada no fornecimento de água ao nosso Concelho, por parte da Empresa de Águas do Zêzere e Côa, exigindo que a mesma seja solucionada num curto espaço de tempo, para que possamos também aliarmo-nos à luta pela harmonização das tarifas aplicadas em termos nacionais à distribuição de água canalizada e ao tratamento de águas residuais, resultando na conseqüente redução das tarifas e eliminando os desfasamentos existentes entre as populações dos vários distritos e regiões de Portugal.-----

-----Sabemos que o Partido Socialista a nível do Distrito tem demonstrado essa preocupação, nomeadamente fazendo pressão para que o Governo e as forças políticas representadas na Assembleia da República, sintam igualmente essa necessidade e que se aliem a esta tomada de posição, de modo a que exista efectivamente uma harmonização das tarifas aplicadas em termos nacionais, no que diz respeito à distribuição de água canalizada

e ao tratamento de águas residuais, pelo que necessitamos que localmente o Executivo Municipal demonstre claramente que enquanto não houver água com qualidade a sair das nossas torneiras, também não deve ser pago o montante das respectivas facturas. -----

-----Celorico da Beira, 28 de Dezembro de 2011 -----

-----O Grupo Parlamentar do PS.” -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** começou por questionar, se a Câmara faz algum pagamento sem ter a factura de despesa. Disse que o executivo que preside, ficou algo surpreendido com a recepção de dois ofícios com ameaça de corte de abastecimento de água, ao edifício da Junta de Freguesia e Cemitério no valor de total de 13,66€. Entende porém, que esta Junta não merece este tipo de tratamento, pois nunca ficou a dever nada a ninguém, e sempre esteve disponível para colaborar com a Câmara no sentido de gerir o abastecimento de água à Freguesia, principalmente no Verão. Como é do conhecimento da autarquia, a Junta paga a um homem para fazer esse tipo de gestão, com resultados bastante positivos, pois nos últimos anos, não tem havido falta de água. -----

-----Referiu também que na Estrada Municipal Celorico da Beira/Prados, na Freguesia de Vale de Azares, é necessária a colocação de um muro de suporte de estrada, danificado pelos serviços da autarquia, aquando da ligação do esgoto do Lar, necessitando também de sinalização de curva apertada e raide de protecção, isto na Zona da Hortigueira, cruzamento do Lar, pois têm acontecido acidentes com alguma frequência. -----

-----Questionou ainda, para quando a ligação das fossas da calçada à Etar e reparação do pavimento nalguns locais da Freguesia, resultante da reparação de avarias na canalização de abastecimento de água. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por cumprimentar todos os presentes e elogiar o desempenho do Senhor Deputado António

Álvaro, na condução dos trabalhos desta Assembleia Municipal. Endereçou as Boas Festas ao Executivo Municipal, membros da Assembleia Municipal e funcionários da autarquia.-----

-----Congratulou-se pelo pagamento das senhas de presença relativas ao ano de 2010. -----

-----De seguida, saudou a bancada do PS, pela apresentação das moções. Fazendo referência à informação escrita do Senhor Presidente, disse que consta da mesma a realização de uma reunião com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Fernando Leal da Costa, pretendendo saber o que resultou da mesma, uma vez que está em causa a reabertura do SAP. -----

-----Disse ainda, que na última sessão da Assembleia Municipal havia sido criada uma comissão, composta por três elementos de cada bancada, para análise do Documento Verde da Reforma da Administração Local, questionando o porquê de a mesma ainda não ter sido convocada para reunir. -----

-----Pretendeu também saber, se existe ou não, algum processo a decorrer em Tribunal relativamente ao funcionário da EMCEL, Carlos Ribeiro e qual o ponto de situação. -----

-----Relativamente ao reequilíbrio financeiro, disse que havia questionado o Senhor Vereador António Silva quanto iria custar este plano à autarquia, ao que o Senhor Vereador disse que ainda não sabia, questionando novamente, se neste momento já tem conhecimento ou não desse valor, uma vez que, segundo se consta, o mesmo teve um custo de 42.500€. Pretendeu também saber em que moldes foi feita a contratação deste serviço, se esse plano vai ser apresentado à Assembleia Municipal e se os Deputados irão participar ou não, na sua elaboração. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu as palavras dirigidas à sua pessoa, endereçadas pelo Senhor Deputado Armando Neves. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas** apresentou uma Moção que de seguida se transcreve:-----

-----“Ex.ma Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira

-----Aos 18 dias do mês de Dezembro de 2011, reuniu ordinariamente a Assembleia de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas, pelas 17:30, nesta reunião foi deliberado, por unanimidade, a apresentação da seguinte moção à digníssima Mesa da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, em conformidade com o artigo 8º, alínea h), do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, para proceder dentro da sua competência à apresentação da mesma perante este órgão deliberativo:-----

-----Deste modo, vimos por este meio demonstrar a nossa mais profunda indignação pela reforma administrativa apresentada por este Governo no tão citado “Livro Verde”. Esta proposta pretende apenas desertificar, desrespeitar, e, eliminar o nosso interior. -----

-----Esta reforma apenas vai beneficiar o litoral, em detrimento do interior, que mais uma vez é remetido ao esquecimento, não só pela sua localização geográfica mas também pelas constantes medidas adoptadas por estas políticas de Direita, que em nada são capazes de diminuir as assimetrias existentes entre o litoral e esta nossa Belíssima Região. -----

-----Segundo o dito Livro Verde, o Concelho de Celorico da Beira apenas irá manter 7 das 22 freguesias existentes actualmente, onde parece certo que a Freguesia que representamos vai ser integrada, juntando-se a outra Freguesia limítrofe. -----

-----Os problemas que este documento acarreta são transversais e de diversas índoles, culturais, sociais, e também económicos:-----

-----Do ponto de vista social, sendo a freguesia composta maioritariamente por uma população envelhecida, esta descentralização da sede da Junta de Freguesia e dos seus membros, apenas irá trazer dificuldades para aceder aos serviços prestados pelo nosso Órgão Autárquico.-----

-----Com certeza que neste âmbito social há um claro desconhecimento das dificuldades de mobilidade dos nossos habitantes, pois neste nosso interior não existem transportes públicos, e onde também muitos de nós nem sequer somos portadores de carta de condução uma vez que a maior parte da população é muito envelhecida e carenciada ao nível económico, o que dificulta ao ponto de não se conseguir pagar um simples táxi. Muitas das vezes é o nosso Órgão que ajuda a resolver muitos problemas, que muitas vezes extravasam as nossas competências, mas que prontamente nos disponibilizamos para resolver.-----

-----No que respeita ao nível cultural também nos parece ser mais um “atentado” à nossa matriz enquanto Videnses e Galistenses, pois a nossa Freguesia existe desde tempos remotos, havendo claros vestígios disso, como por exemplo, a Estéla que data da época do bronze encontrada aquando da construção do parque eólico da Serra do Ralo.-----

-----É assim desta forma que do nosso ponto de vista se termina com uma identidade de todos os nossos habitantes e que parece em nada importar a esta desgovernação que assistimos, uma Governação onde parece que as pessoas não são elemento fundador de qualquer Estado Democrático, pessoas essas onde brota a Soberania Nacional mas o que a actual Governação não parece respeitar.-----

-----Do ponto de vista económico, o qual parece ser o único ponto importante para este Governo, olhando as pessoas nada mais que números e euros, em vez de Pessoas Humanas dotadas de Direitos Constitucionalmente garantidos, pelos quais não parece haver respeito neste dito “Livro Verde” (documento este feito em apenas algumas semanas, dentro de gabinetes e com ajuda de régua e esquadro).-----

-----Especificando as implicações económicas que a Freguesia de Vide-Entre-Vinhas acarreta, a nossa Freguesia recebe pelo FEF, cada vez menos, sendo certo que nos últimos 2 anos perdemos cerca de 10% do nosso subsídio que se fixa neste momento em pouco mais de 18 mil euros/ano, contamos também com pequenas, muito pequenas verbas por

parte da Autarquia, valores esses que nem sequer dá para quantificar visto a sua pequena afluência e quantidade, recebemos cerca de 100€ resultantes do IMI, e mais alguns euros da venda de terrenos do Cemitério e algumas rendas de propriedades da Junta, o que perfaz por alto cerca de 20 mil euros/ano, servindo estes para: senhas de presença, com ordenados dos autarcas, seguros, materiais de escritório e para procurar dentro das curtas possibilidades económicas, melhorar a nossa Freguesia ao nível de obras, pequenas requalificações, etc. O que se fixa por habitante depois dos encargos fixos acima citados em 40/50 euros por cada habitante. -----

-----Ora segundo o acima exposto, não parece afinal que as nossas Freguesias pesem assim tanto no Orçamento de Estado. Para além disso onde estão as garantias de uma justa repartição dos financiamentos que cada uma das freguesias agrupadas irá ter para o seu âmbito territorial? Além do mais como se conseguirá uma justa representação nas futuras Assembleias das “novas” Freguesias e na constituição das “novas” Juntas de Freguesia?-----

-----Neste ponto, este documento, parece também, muito pouco claro. Consideramos que o direito à representatividade das populações nos órgãos de gestão Autárquica é um assunto demasiado sério para ser tratado com imprudência. Da mesma forma, há que ter cuidado com a garantia de equipamentos e serviços básicos à população, principalmente aos mais desprotegidos, que paulatinamente se foram assegurando e conquistando de um momento para o outro poderão desaparecer. -----

-----Desta forma na qualidade de residentes na freguesia de Vide-Entre-Vinhas, mas também de Munícipes deste concelho e também como Cidadãos de um Estado de Direito Democrático, vimos propor a votação esta Moção pela digníssima Assembleia Municipal, como forma de protesto e rejeição deste novo documento de Reforma Administrativa, para que assim fique apensada em acta desta reunião ordinária como forma de total indignação e rejeição deste documento para a nossa freguesia, cabendo também a esta casa, expoente máximo da democracia local, que é a

Assembleia Municipal lutar contra estas medidas que nos estão a ser impostas.-----

-----Vide-Entre-Vinhas, 18 de Dezembro de 2011.”-----

-----O Senhor **Deputado Frederico Sena** apresentou uma Moção de Repúdio contra o aumento do IVA da electricidade e no gás natural de 6% para 23%, que de seguida se transcreve:-----

-----“As assimetrias regionais são um problema que tem vindo a acentuar-se de ano para ano, em que as diferenças entre o Litoral e o Interior são cada vez mais notáveis.-----

-----De entre muitos factores, podemos destacar a discrepância abismal entre os regimes salariais do Litoral e do Interior o que representa, só por si, uma desigualdade na repartição da riqueza pelo território e consequentemente um menor poder de compra dos habitantes do Interior.--

-----A acrescer a esta situação temos o aumento dos Impostos, criados pelo Governo do PSD/PP, que vem acentuar as assimetrias já existentes, nomeadamente o aumento do IVA, de 6% para 23%, ao custo da Electricidade e do Gás Natural. Este aumento constitui um agravamento aos orçamentos da população do Interior, uma vez que o Distrito da Guarda situa-se numa Zona Montanhosa, com Invernos rigorosos atingindo nos meses de Inverno temperaturas negativas.-----

-----O Distrito da Guarda possui características únicas e diferenciadas no contexto nacional. Sujeito a temperaturas extremas e a condições adversas, fazem com que este território tenha necessidades, nomeadamente ao nível energético, sendo considerado diferente do restante contexto nacional. Nesse sentido, e como forma de materializar a tão apregoada coesão territorial, o governo, deverá dar corpo a uma matéria já várias vezes sugerida pelos agentes do sector energético e que consiste na criação de sistemas diferenciados para as fontes energéticas destinadas ao aquecimento (gás, electricidade, bio massa, etc.) em territórios de montanha.-----

-----Esta medida, além da mais elementar justiça, funcionará igualmente como factor de atractividade e tampão ao despovoamento crescente destas áreas. -----

-----Estas medidas poderão ser aplicadas ao nível das reduções do IVA, deduções fiscais ou simples subsidiação. Relembramos que percentualmente a Guarda é um dos maiores distritos produtores de energias renováveis. -----

-----Por toda a Europa nas áreas de montanha os sistemas de aquecimento no período de Inverno possuem políticas sectoriais próprias que auxiliam as populações durante essa época. O próprio tratado de Lisboa e a estratégia Europa 2020 (que emergirá no pós QREN) identificam os territórios de montanha como unidades geográficas com características próprias onde políticas sectoriais diferenciadoras deverão ser implantadas. -

-----A criação de um mecanismo que permita a minoração dos valores das fontes de energia destinadas ao aquecimento através dos benefícios criados pelas energias renováveis, nestes territórios, é um dos objectivos a perseguir contribuindo desta forma para os desígnios Europeus nestas matérias. -----

-----A diminuição do Preço da Electricidade durante os meses de Inverno, bem como, do Gás Natural (compreendemos meses de Inverno entre 1 de Outubro e 31 de Março), seria uma mais-valia para toda a população residente e tecido empresarial, uma vez que nos situamos numa região com condições meteorológicas que nos são completamente adversas. -----

-----Temos a certeza que este custo altíssimo da electricidade e do Gás Natural, conforme está, apenas contribui para o acentuar das assimetrias regionais, pois comporta mais custos para as famílias e para as empresas, tornando difícil a sua sobrevivência. -----

-----Perante o exposto e sabendo que o Partido Socialista a nível distrital já efectuou propostas aos Ilustres Deputados eleitos pelo Distrito da Guarda para que na Assembleia da República (3 Deputados do PSD e 1 do PS), se debata a redução dos preços da Electricidade e do Gás Natural nos meses

de Inverno (6 Meses), de forma a não agravar o custo de vida dos residentes no Distrito da Guarda, bem como, em outros Distritos do Interior cujas características do Inverno sejam semelhantes, vimos por este meio associarmo-nos a essa tomada de posição, repudiando em absoluto a forma leviana e absurda com que se tomam estas medidas de aumento de IVA, numa demonstração de total insensibilidade social com aqueles que maiores dificuldades sentem.-----

-----Celorico da Beira, 28 de Dezembro de 2011.”-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão** começou por dizer que as novas tarifas de água estão a ser aplicadas às Associações desde Maio, questionando se todas as Associações do Concelho pagam.-----

-----Disse que numa reunião com a Empresa Ascendi, relativa ao IP2, realizada na autarquia, havia solicitado a colocação de uma placa de sinalização a indicar Maçal do Chão, pretendendo saber qual o ponto de situação.-----

-----O Senhor **Deputado António Fonseca** começou por desejar continuação de Boas Festas e um Bom Ano a todos os presentes. Felicitou a Bancada do PS pela apresentação das moções, referindo que a Bancada do Majusp, concorda em parte com as moções apresentadas. Os temas abordados nestas moções, já não dependem desta Assembleia. Na sua opinião, a Bancada do PS, Majusp e PSD deveriam optar por apresentar moções locais, ou seja, sobre o encerramento das Piscinas Municipais; Biblioteca Municipal; levantamento dos Contentores da Escola Sacadura Cabral, entre outros.-----

-----Falou também na falta de apoio do Executivo aos comerciantes do concelho, durante a época natalícia, uma vez que não havia uma única luz de Natal.-----

-----No que concerne à moção relativa à qualidade da água fornecida pelas AdZC, disse concordar com a mesma. Disse que em Celorico da Beira existem esgotos a céu aberto e que os munícipes continuam a pagar taxa de saneamento, quando não estão servidos por infra-estruturas. Na altura foi-lhe dito que as AdZC solucionariam o problema até ao final de 2011, pretendendo saber qual o ponto de situação. Na sua opinião, os habitantes deviam ser indemnizados, uma vez que estão a pagar por um serviço que não têm.-----

-----De seguida, pretendeu saber se existe algum processo a decorrer contra o funcionário da EMCEL, Carlos Ribeiro e também se estão a decorrer outros processos disciplinares, qual o motivo e quais os funcionários. Disse ter tido conhecimento de que alguns funcionários da EMCEL foram despedidos, pretendendo saber qual o motivo, se foram indemnizados e quais os montantes. Sobre os Sapadores Florestais do Município, pretendeu saber qual a situação actual.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** cumprimentou todos os presentes, endereçando Boas Festas, desejando que o ano de 2012 seja o melhor possível. Disse que na reunião da Comissão Permanente, foi decidido solicitar ao Executivo Municipal, que aquando da colocação dos Regulamentos a discussão pública, seja dado conhecimento aos membros da Comissão Permanente e Assembleia Municipal, para que possam apresentar contributos e desta forma enriquecer o debate. Acaba por ser descabido, pronunciarem-se sobre um Regulamento do qual não tiveram conhecimento.-----

-----Disse que existe um novo paradigma que deve ser analisado de forma digna, uma vez que os aspectos nacionais prejudicam quem vive no Interior. Estas moções provam que as pessoas estão em primeiro lugar. Na última Assembleia Municipal, referiu que havia informações credíveis de que os contentores que se encontram na Escola Sacadura Cabral iriam ser retirados, esta obra estava aprovada e devidamente orçamentada, daí

terem sido lá colocados. Teve conhecimento, informalmente, de que efectivamente os contentores foram retirados. Disse que esta obra iria criar condições condignas para os jovens do concelho. Referiu que fez deste concelho uma opção de vida e como tal, gostaria de ver esta Requalificação concluída, independentemente do partido que está no poder.-----

-----Referiu-se ainda aos Centros Escolares, para dizer que também estes correm o risco de não serem executados, perdendo-se esse investimento. Disse que até Junho de 2011 estas obras estavam aprovadas. Disse que muitas destas situações devem-se a políticas erradas, levadas a cabo nestes seis meses de Governação. -----

-----Fazendo referência aos pórticos, disse que os mesmos são já uma realidade, surgindo a dúvida, se os munícipes que vivem no Oeste do concelho têm ou não direito à discriminação positiva, sendo necessário que o Executivo averigue esta situação. -----

-----Falou no aumento do IVA de 6% para 23% na electricidade e no gás natural; na restauração, os proprietários já estão a sentir este aumento; sobre o facto de Celorico da Beira estar a preto e branco no Natal, concorda, uma vez que durante anos pecaram pelo excesso, sendo este o resultado das políticas desastrosas que têm vindo a acontecer. Disse que todos já contribuíram para tentar ajudar o Concelho, mas neste momento, o mais importante é apoiar os munícipes de Celorico da Beira e em concreto o comércio local, que atravessa grandes dificuldades. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por dizer que na sequência do que foi dito pelo líder da bancada que o seu partido é o PS, no entanto, o emblema que defendem é o concelho de Celorico da Beira. Disse que todas estas moções estão relacionadas com o concelho, questionado se o aumento do IVA de 6% para 23%; AdZC; Reordenamento do Território; SAP, não têm que ver com Celorico da Beira. Sobre o SAP disse que não é tarde para tentarem resolver este problema, uma vez que o novo Conselho de Administração só agora tomou posse. Vão entrar em

Janeiro as novas taxas moderadoras, o *timing* escolhido foi o mais adequado. Por fim, disse que a bancada do PS não toma atitudes dúbias, como foi referido.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que é fundamental que haja um debate político, até porque, este órgão é político. Fazendo referência ao encerramento do SAP, disse novamente ter havido um silêncio do Poder Local do Concelho, não tendo havido qualquer acção por parte destes, tendo inclusive feito uma proposta no sentido de organizarem uma movimentação junto do SAP, de forma a manifestarem o descontentamento perante tais actos. Referiu que relativamente à Escola Sacadura Cabral e AdZC também nada foi feito, por parte deste Executivo.-

-----De seguida, disse que o programa eleitoral do PS não tinha qualquer linha de acção relativamente às AdZC, ao contrário do programa eleitoral do Majusp. Sobre as portagens, disse que também houve falta de mobilização por parte do poder local, mas é da opinião que nunca é tarde para mostrar o descontentamento, colocando-se à disposição do Executivo.-----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** disse que o despesismo do PS é que levou o País a este estado. Referiu que posição política não se deve sobrepor aos interesses do concelho. E nessa sequência a bancada do PSD votou em unanimidade todas as moções apresentadas pelo PS. Fazendo referência à tomada de posse da Dr.ª Ana Manso, disse que o Executivo deveria ter estado presente, marcando assim uma posição e iniciando uma negociação relativamente ao SAP.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por contextualizar o assunto AdZC e questionou em que altura foi assinado o contrato, que penalizou e tem vindo a penalizar gravemente o concelho de Celorico da Beira.-----

-----Em relação à intervenção do Senhor Deputado Nuno Nascimento, disse que é fácil atirar culpas para o PS, desafiando o PSD a fazer uma análise de qual foi o Governo que mais investiu no Distrito da Guarda. Sobre a tomada de posse da Dr.^a Ana Manso, disse que o facto de o executivo não ter estado presente, não quer dizer que não esteja preocupado com este assunto. O PS apresentou uma Moção de Repúdio ao Governo pelo encerramento do SAP de Celorico da Beira, propondo que se fizesse uma manifestação pública, mas o Executivo disse que tinham agendada uma reunião com o Secretário de Estado, que iriam auscultar em primeira instância e depois estudariam outras formas de actuação.-----

-----Fez uma chamada de atenção ao Senhor Deputado dizendo que no plano da Troika, o qual conhece ao pormenor, nada constava relativamente ao aumento de IVA, extinção de freguesias, entre outros. Aceita que o PSD tenha ganho as eleições, mas não podem utilizar sempre o mesmo argumento, para tudo aquilo que lhes convém. Sobre o contrato das AdZC disse que aquando da sua aprovação, enquanto Deputado desta Assembleia Municipal, alertou para que o mesmo fosse anulado.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse já estar cansado de ouvir falar no passado e ninguém assumir o presente. Sobre o contrato de concessão com as AdZC, disse que há sempre tempo para se alterar esta situação, mesmo que não se possam alterar as cláusulas contratuais, poderão manifestar o desacordo. Este Executivo tem legitimidade para se pronunciar e poderá contar com o apoio de todas as bancadas. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. De seguida, referindo-se às moções apresentadas disse concordar com as mesmas e felicitou a bancada do PS pela sua apresentação.-----

-----Relativamente ao Documento Verde da Reforma da Administração Local, deu conhecimento de que as bancadas já indicaram os elementos para integrar a referida comissão de acompanhamento para análise do Documento Verde, informando que será enviada convocatória durante a próxima semana. Deu também conhecimento de que as Juntas de Freguesia já reuniram e mostraram o seu desagrado perante tal situação.---

-----Disse que foi com tristeza que recebeu a notícia do falecimento do Senhor Manuel Marques, grande amigo e com o qual partilhou muitos momentos de alegria, endereçando um voto de pesar à familiar presente, em nome de todo o Executivo. -----

-----Relativamente à Pista de Pesca da Ratoeira disse que foi uma candidatura ao *Buy Nature*, PROVERE, Mais Centro e a qual já se encontra aprovada, com contrato de financiamento celebrado em 23/09/2011. Sobre a não realização das provas que estavam agendadas, referidas pelo Senhor Deputado Nuno Nascimento, disse não ter conhecimento dessa situação.---

-----No que concerne à tomada de posse da Dr.ª Ana Manso, disse que a mesma foi coincidente com dia de atendimento aos munícipes, motivo pelo qual não pode estar presente. Deu conhecimento de que o Executivo já agendou uma reunião com a Dr.ª Ana Manso para debater o encerramento do SAP e certamente não seria na tomada de posse que iria expor este assunto. -----

-----Sobre a situação das AdZC disse que se a autarquia não pagar a facturação da água, será penalizada através de penhoras e injunções. O contrato foi celebrado em 2004, existindo já muita dívida do passado. Já intentaram uma acção judicial contra esta empresa, de forma a rescindir o contrato existente. Disse que o preço praticado, não vai de encontro à qualidade da água e a autarquia já mostrou o seu desagrado sobre a

concessão e abastecimento de água ao Concelho, por parte desta empresa. Na verdade, as AdZC também já fizeram algum trabalho, hoje em dia há muito menos linhas de água a céu aberto, do que quando entraram para esta autarquia. -----

-----Informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares, que o muro de suporte na Estrada Municipal de Celorico da Beira/Prados irá ser colocado.-----

-----Relativamente ao processo do funcionário da EMCEL, Carlos Ribeiro, disse que o mesmo ainda está a decorrer e não poderá pronunciar-se sobre este assunto, segundo indicações do Advogado da Empresa Municipal. No que concerne ao processo de reequilíbrio financeiro, disse que o Técnico da Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares irá dar uma explicação sobre o assunto. -----

-----De seguida, disse que a Câmara Municipal de Celorico da Beira decidiu reduzir os gastos com a iluminação pública, a partir de Janeiro, para fazer face à subida da taxa do IVA na electricidade de 6 para 23%. Esta subida do IVA significa um aumento brutal nos custos da electricidade, “aumento esse que consideram desproporcionado e injusto”. Esta iniciativa consiste na instalação de relógios astronómicos em todos os postos de transformação e em desligar todas as iluminações que sejam consideradas “desperdício energético”, salvaguardando as zonas consideradas como fundamentais para a segurança das pessoas e bens. -----

-----Em resposta, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que as Associações não pagavam tarifas de água, neste momento e segundo recomendação da IGAL e ERSAR, todas as Associação do Concelho pagam água, apesar das dificuldades com que se debatem. Sobre a colocação da placa de sinalização no IP2 com a indicação de Maçal do Chão, disse que esta decisão depende da Ascendi. -----

-----Sobre a Biblioteca Municipal disse que é uma empreitada que está em curso, foi uma candidatura que saiu do QCA III e passou para o QREN,

esperando que o contrato de financiamento seja aprovado. Relativamente à retirada dos contentores da Escola Sacadura Cabral, disse só ter tido conhecimento neste mesmo dia, lamentando que todos os esforços envidados tenham sido em vão. Disse que o Dr. Valter Lemos havia assumido a responsabilidade da requalificação da Escola EB 2,3/S Sacadura Cabral. -----

-----De seguida, sugeriu que os Senhores Deputados indiquem dois elementos de cada bancada, para conjuntamente com o Executivo, reunirem com os Ministérios relacionados com os temas em debate, demonstrando a indignação deste Município, pela forma como estão a ser tratados estes assuntos de suma importância para o Concelho. Em relação à saúde, este Executivo tudo fez para combater o encerramento do SAP, mas até à data nada foi feito. -----

-----Deu os parabéns à Junta de Freguesia de São Pedro, pela realização do concurso de couves de Natal, cujo objectivo foi divulgar os produtos agrícolas do concelho e que depois foram oferecidas às famílias mais carenciadas da Vila. A Câmara contribuiu com a realização dos prospectos e logística. -----

-----No que concerne aos despedimentos na EMCEL, disse tratar-se de contratos que foram terminando. Relativamente aos Sapadores Florestais, disse que são 10 lugares que se encontram por preencher, foi solicitada autorização para a sua contratação, estando aguardar uma resposta. São pessoas que já têm formação nesta área e caso não seja aprovada esta contratação, poderão perder todo o equipamento de que dispõem. -----

-----Por último, congratulou-se com a nomeação do anestesiológista José Martins Nunes, que Preside ao primeiro Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), desde o passado dia 13 de Dezembro de 2011. José Martins Nunes, que foi Secretário de Estado no último Governo de Cavaco Silva, exerceu funções de Vereador da Câmara Municipal de Celorico da Beira entre os anos de 1984 e 1985. Possui uma residência em Celorico da Beira-Gare e laços familiares com

este Concelho, prestou com distinção cuidados de saúde aos seus habitantes, tendo tido um importante papel no encaminhamento/acompanhamento dos mesmos para os Hospitais da cidade de Coimbra.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** cumprimentou todos os presentes e desejou votos de Boas Festas. Congratulou-se pela junção de ideias de todos os membros da Assembleia Municipal, relativamente aos problemas do Concelho. Referindo-se à questão da Saúde, deu conhecimento de que foi realizada uma reunião com a ULS da Guarda, posteriormente reuniram com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Fernando Leal da Costa, dando conta da situação do SAP de Celorico da Beira, o qual informou já ter conhecimento, mas contudo iria estudar este assunto e ver o que poderia ser feito para a sua resolução.-----

-----Lamentou o facto de não terem sido formalmente informados da decisão do Governo relativa à requalificação da Escola Sacadura Cabral, ou seja, de que a obra não iria ter continuidade. É mau para o concelho, para os jovens e para o responsável por este estabelecimento de Ensino. Considera uma ousadia manter os alunos, docentes e funcionários, numa escola sem condições condignas, referindo que quem falhou neste processo foi o actual Governo. Fez uma proposta no sentido de ser promovida uma visita pela Escola, caso o Agrupamento e Ministério da Educação assim o autorize, com a presença do representante do agrupamento da Escola, Executivo Municipal e órgãos de comunicação social.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Dr. José Tavares para prestar os esclarecimentos solicitados. O Técnico começou por dizer que foi um procedimento por ajuste directo, que se iniciou em finais de Março, com convite apenas a uma entidade. Foi adjudicado à firma

Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, SROC, Lda., pelo montante de 42.500€.

-----Segundo a explicação dada pelo Técnico, o Senhor **Deputado Armando Neves** constatou que aquando da última Assembleia Municipal, o mesmo já havia sido adjudicado, apesar de lhe ter sido dito pelo Senhor Vereador António Silva que não tinha conhecimento do valor de adjudicação.

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que na última sessão da Assembleia Municipal não tinha presente o valor, mas que estava disponível na plataforma e qualquer pessoa poderia consultar.

-----Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados foram postas a votação as Moções apresentadas, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

-----**MOÇÃO DE REPÚDIO NÃO À EXTINÇÃO DE FREGUESIAS**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.

-----**MOÇÃO DE REPÚDIO PELO ENCERRAMENTO DO SAP**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.

-----**MOÇÃO CONTRA A FALTA DE QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PELA EMPRESA DE ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA AO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.

MOÇÃO SOBRE A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO/PODER LOCAL

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O AUMENTO DO IVA DA ELECTRICIDADE E NO GÁS NATURAL DE 6% PARA 23%

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada.

ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia propôs que fosse incluído na Ordem de Trabalhos o seguinte ponto:

TAXAS DE PUBLICIDADE.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão deste assunto, na Ordem do Dia.

Em nome da Comissão Permanente o Senhor **Deputado Armando Neves** disse que iriam votar favoravelmente a inclusão deste assunto, uma vez que os comerciantes não podem ser lesados, no entanto, a Comissão Permanente espera que esta excepção, não passe a ser uma regra. Existe um Regulamento que está desproporcionado, sendo imperioso que o mesmo seja revisto.

Passando a Ordem de Trabalhos a ser a seguinte:

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/09/2011;

2 – RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

-----3 - **INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;**-----

-----4 – **ORÇAMENTO, GOP’S E MAPA DE PESSOAL, PARA O ANO DE 2012;**-----

-----5 – **2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2011;**-----

-----6 – **REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA (ALTERAÇÃO AOS ARTIGOS 32.º E 33.º);**-----

-----7 – **REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, HIGIENE E LIMPEZA PÚBLICA DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA (ALTERAÇÃO AO ARTIGO 33.º);**-----

-----8 – **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA (ALTERAÇÃO AOS ARTIGOS 33.º E 34.º);**-----

-----9 – **REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO;**-----

-----10 – **DESIGNAÇÃO DE TRÊS ELEMENTOS PARA A CPCJ DE CELORICO DA BEIRA;**-----

-----11 – **TAXAS DE PUBLICIDADE.**-----

-----1 – **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30/09/2011**-----

-----Foi presente a acta n.º 4, referente à sessão ordinária do dia 30/09/2011, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com 6 abstenções.-----

-----2 - **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/09/2011**---

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta da Senhora Deputada: -----

-----Milena Sandra Tavares Esteves. -----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/09/2011**

-----António Agostinho Lucas da Silva;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente;-----

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal.-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/12/2011**---

-----Júlio dos Santos Ambrósio.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, cuja listagem se anexa (**anexo I**), que se encontra na secção de actas, para quem pretenda consultar.-----

-----**3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Executivo, desde a última sessão

ordinária até à presente, documento que se anexa à presente acta (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** questionou se os Senhores Deputados tinham alguma questão a colocar sobre a informação escrita. ----

-----O Senhor **Deputado Henrique Alves** referindo-se à informação do Gabinete de Desporto, disse que a mesma é muito sucinta. Na sua opinião, estas informações deveriam ser mais esclarecedoras. Em relação ao Gimnodesportivo disse que a parte interior encontra-se degradada, solicitando que o Executivo tenha essa situação em conta.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que irá ser agendada uma reunião com o empreiteiro para proceder à correcção desta situação, caso não o faça, irão accionar a garantia.-----

-----**4 – ORÇAMENTO, GOP'S E MAPA DE PESSOAL, PARA O ANO DE 2012**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2012, ficando os mesmos apensos a esta acta (**anexo III**).-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** cumprimentou todos os presentes e desejou Boas Festas. De seguida, deu conhecimento do Orçamento da EMCEL para o ano de 2012, o qual foi distribuído por todos os presentes.---

-----Fazendo referência ao Orçamento da Câmara, disse que é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho, no curto e no médio e longo prazo, estando reflectidos no mesmo, todos os encargos previstos para o ano a que diz

respeito, bem como, as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental. Este Orçamento está sujeito a regras de contenção, uma vez que têm vindo a ser penalizados com cortes sistemáticos no FEF. -----

-----Disse que os aspectos da economia nacional serviram como base de trabalho a este documento. Foi tido em conta as necessidades básicas e estruturais com que as Juntas de Freguesia se deparam, ou seja, requalificação e ampliação de infra-estruturas de saneamento; requalificação e ampliação da rede de distribuição de água; ampliação do cemitério de Celorico-Gare; fornos comunitários; instalação de ramais; entre outros.-----

-----De uma forma global e comparativamente ao Orçamento de 2011, existe uma redução em 3.145.978€ (-12,02%). Em termos de despesas correntes constata-se uma diminuição de 739.557€ (-5,28%) e nas despesas de capital verifica-se uma redução em 2.406.421€ (-19,79%), o que não implica uma redução no investimento. -----

-----Referiu que no seguimento de uma recomendação da ANMP, para 2012 está prevista a criação de uma taxa de protecção civil a aplicar a diversas entidades, cuja actividade implica custos nesta área para a autarquia, tais como, as que estão afectas aos transportes ferroviários, concessionárias de auto-estradas, entre outras, de modo a compensar esses mesmos custos. O procedimento em causa foi do conhecimento dos membros deste executivo e encontra-se em fase de elaboração, não tendo por objectivo penalizar os municípios. -----

-----De seguida, disse que tendo em conta a conjuntura económica actual, para 2012 está previsto um reforço da Acção Social do Município através da criação de um “Gabinete de Crise”, que terá como objectivo o acompanhamento da situação dos municípios em situação precária. Mediante as informações obtidas por este gabinete, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os municípios em dificuldades, que

poderão ser de aconselhamento financeiro, ou através de outro tipo de apoio, de acordo com a situação assinalada. -----

-----Disse que está prevista no Orçamento uma rubrica para apoio ao empreendedorismo de particulares, que visa financiar parcialmente projectos apresentados que promovam o desenvolvimento económico do concelho e a criação de emprego. É pretensão deste executivo a constituição de uma comissão de entidades, com base num princípio mutualista entre o Município de Celorico da Beira, com algumas entidades convidadas, aproveitando deste modo, as medidas de apoio públicas através de candidaturas para a criação de emprego próprio. O convite é também extensivo às entidades bancárias que possam integrar o consórcio. Felicitou as Juntas de Freguesia de Santa Maria e São Pedro, pelos eventos que têm vindo a realizar. -----

-----Referiu que estão previstos no Orçamento diversos investimentos estruturantes, que se prevê terem início em 2012, destacando: Centro Escolar de Celorico da Beira; Centro Escolar da Lageosa do Mondego; Pista de Pesca Desportiva na Ratoeira; Habitação Social no Bairro de Santa Luzia; Requalificação do Mercado Municipal; Beneficiação da EN 17 – EM 554; Beneficiação da EM 555 e Beneficiação da EM 16. Estão também a decorrer algumas obras cujas despesas se irão prolongar durante o ano de 2012, ou seja, Parque Industrial A25; Beneficiação e Estrada Municipal 1102 e Requalificação das margens do Rio Mondego na Ratoeira. Disse que a taxa média de comparticipação destas obras posiciona-se nos 70%, existindo outras taxadas a 85%. Deu conhecimento de que o Estado deve a esta autarquia 600 mil euros, o que implica o não cumprimento de alguns objectivos e atrasos de obra. -----

-----Salientou ainda o montante de 1.525.000€ relativo à dívida de capital em atraso da Variante de Celorico da Beira e os respectivos juros no montante aproximado de 285.000€, cujos pagamentos deverão ser efectuados em 2012, apenas após a aprovação do empréstimo de reequilíbrio, daí o facto de o valor do capital estar previsto como

financiamento não definido. Disse que o reequilíbrio financeiro não contempla o passivo registado a esta data. Referiu que tudo o que o reequilíbrio financeiro vier a financiar será declarado nesta Assembleia Municipal. -----

-----Fez referência a três áreas de intervenção, ou seja, Mais Centro; Líder Mais e PROVER, cujas candidaturas englobam as Aldeias Históricas de Portugal, Requalificação do Mercado Municipal, entre outras. O PROVER do *By Nature* estabeleceu bases de financiamento público privadas, daí a candidatura da Pista de Pesca da Ratoeira. Disse também que existem agentes económicos interessados em investir na Aldeia Histórica de Linhares da Beira.-----

-----Informou que este Orçamento foi elaborado de acordo com o estipulado no Orçamento de Estado para 2012, que condicionou a sua elaboração não só em termos de receitas previstas, bem como no que diz respeito a despesas com salários. O Orçamento foi também elaborado em concomitância com o plano de reequilíbrio financeiro do Município, cujo estudo está quase concluído, faltando apenas os ajustes impostos pelo Orçamento de Estado para 2012, bem como, do próprio Orçamento agora apresentado. Assim, no próximo ano deverá ser decretada a situação de desequilíbrio financeiro estrutural, nos termos da Lei das Finanças Locais e do Decreto-Lei 38/2008 de 7 de Março. -----

-----Em matéria de reequilíbrio financeiro disse que a empresa que está a efectuar o estudo virá à Assembleia Municipal apresentar o mesmo. Existem algumas situações a ter em conta, como é o caso do período de carência de capital, no entanto, a autarquia pretende efectuar logo de inicio amortizações de capital, uma vez que as taxas Euribor estão sempre a variar. Deu conhecimento de que 90% dos processos de reequilíbrio financeiro estão parados. Após a aprovação do Orçamento, irá ser dada continuidade ao processo de reequilíbrio financeiro. -----

-----No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL,

que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do Orçamento. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular, tais como as vendas de bens e serviços, sendo que as transferências correntes de capital e vendas de bens de investimento foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central, de verbas obtidas através de fundos comunitários e de previsões de venda de loteamentos e de património do Município. -----

-----Disse que a autarquia sempre reconheceu a dívida ao MRG, que advém do passado e que diz respeito aos apartamentos que se encontram situados no Bairro de Santa Luzia, no entanto, não existe a respectiva factura, pelo que, esta dívida vai ter de ser englobada no reequilíbrio financeiro, tendo de ser sobejamente justificada. -----

-----Relativamente às despesas, as correntes foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2012 acrescidas dos montantes ainda em dívida esperados para 2012. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2012. As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais de encargos fornecidos pelas instituições bancárias. As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projectos a decorrer, bem como, de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar em 2012 e nos anos seguintes, acrescidas do valor da dívida ainda existente, podendo estas rubricas ser verificadas nas Grandes Opções do Plano. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder. -----

-----Fazendo referência à venda de bens de investimento, falou na possível venda de lotes do Parque Empresarial, com o objectivo de promover o investimento. Sobre o Livro Branco, do Sector Empresarial Local, disse que nada é dito relativamente ao futuro das empresas municipais. Deu conhecimento de que 46% das empresas em Portugal apresentam resultados negativos, felizmente a EMCEL nestes últimos 4

anos, apresentou resultados líquidos positivos, esperando que no próximo ano continue nesta linha, mesmo com a diminuição do subsídio por parte da autarquia. Quanto ao destino da EMCEL também será esta Assembleia Municipal a decidir. -----

-----Relativamente ao mapa de pessoal para o ano de 2012, disse ter havido uma redução de Recursos Humanos. Sobre os sapadores florestais, disse que foi solicitada uma autorização para a sua contratação, acrescentando que esta competência passará para as autarquias. Disse que esta equipa sempre teve uma intervenção exemplar. -----

-----Abordou outros temas como: Investimentos; Obras a Concluir; Protecção Meio Ambiente; Conservação da Natureza; Caminhos Rurais; Requalificação da EN 16; Plano de Animação Turística das Aldeias Históricas; entre outros. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** pretendeu saber para quando está prevista a conclusão e apresentação do plano de reequilíbrio financeiro. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que durante a próxima semana irá ser realizada uma reunião para tratamento deste assunto, até porque o processo de reequilíbrio financeiro tem de estar evidenciado nas contas. -----

-----O Senhor **Deputado António Fonseca** referindo-se à MRG disse que não existe factura, mas existe uma dívida para pagar, considerando que esta situação deixa algumas dúvidas. Relativamente ao Mercado Municipal, disse que atendendo às circunstâncias actuais do concelho, o espaço deveria ser adaptado para outras funções. -----

-----Disse que consta das GOP's uma rubrica com designação Coceba, relativa a um protocolo de cedência de espaço, pretendendo saber se o valor é referente ao aluguer. Considera que o custo com pessoal nas

Piscinas Municipais é elevado, uma vez que as mesmas se encontram encerradas. No que concerne ao Parque Empresarial, pretendeu saber quantas são as empresas que pretendem investir no concelho e se houve divulgação por parte da autarquia. Considera que a venda de lotes não é viável, até porque, segundo tem conhecimento existem autarquias limítrofes que estão a oferecer lotes às empresas. Por fim, disse que a venda de património, nesta altura, é uma má opção. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** cumprimentou todos os presentes e fazendo referência ao Orçamento, disse que segundo consta da informação o mesmo foi elaborado em concomitância com o plano de reequilíbrio financeiro do Município, e o qual será presente numa próxima reunião. Uma vez mais, surge a dúvida, se este plano de reequilíbrio está ou não concluído e quais as suas linhas orientadoras. -----

-----Disse que consta do Orçamento uma rubrica relativa à venda de bens e investimento, que prova o encaixe de aproximadamente dois milhões de euros. É urgente esclarecer se efectivamente vão realizar esse montante em vendas de lotes na Zona Empresarial, até porque, e como já foi referido, existem autarquias a doar lotes. Disse que já no Orçamento de 2011, estava previsto o valor de 2 milhões de euros nesta rubrica, pretendendo saber o que foi executado, ou se este valor é fictício, servindo apenas para equilibrar o Orçamento. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que este Orçamento reflecte muitas situações do anterior. É um Orçamento sem rigor e completamente irreal. Disse que o Senhor Vereador António Silva na sua apresentação esqueceu-se que o seu cargo é político e não técnico. Este Orçamento evidencia uma falta de estratégia política, limita-se a conjunto de números de dívida, ou então de receitas, com mecanismos não muito claros para fazer face às despesas. -----

-----Verifica-se que o Orçamento baixa, mas o investimento aumenta. Referiu que é tempo de serem realistas, será que com a introdução de pórticos e a Plataforma Logística da Guarda, o Parque Empresarial faz sentido? Qual o montante que a autarquia irá investir e o retorno que irá ter?-----

-----Na sua opinião, o Governo não irá aprovar o plano de reequilíbrio financeiro, até porque se todas as autarquias o solicitassem, não haveria dinheiro disponível na banca. É altura de ser realista e rigoroso e ter a coragem de dizer não.-----

-----Disse ter tido conhecimento de que existem vencimentos em atraso aos funcionários da EMCEL, pretendendo saber se esta situação é real. A ser verdade, como pretendem pagar os vencimentos do próximo ano, com uma redução de cem mil euros no subsídio à exploração. Face ao exposto, disse que irá votar contra a aprovação deste Orçamento.-----

-----O Senhor **Deputado Henrique Alves** solicitou esclarecimentos relativamente a algumas rubricas, ou seja, pretendeu saber qual o tipo de *software* informático que consta do Orçamento, uma vez que é um valor elevado; quais as Associações Desportivas que irão ser beneficiadas, uma vez que consta nesta rubrica o montante de 46 mil euros; na publicidade consta o montante de 77.500€, quando nas GOP's o valor para publicidade é de 5000€.-----

-----Relativamente às Piscinas Municipais que apresentam uma despesa de 42.000€ e proveitos no valor de 7.500€, disse que as mesmas deveriam ser reabertas, até porque, os Celoricenses não irão entender como é que este equipamento não funciona, tendo um investimento tão expressivo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** sobre a MRG disse que existe um protocolo entre esta empresa e a Câmara Municipal, relativo à permuta de terrenos, que tem por base um valor de financiamento e que irá constituir uma dívida no futuro.-----

-----Relativamente ao Parque Empresarial, disse que a venda de lotes será por valores simbólicos, tendo algumas contrapartidas como empregabilidade e de reversão, existindo já duas empresas interessadas em investir no Concelho.-----

-----Disse que a apresentação do Orçamento foi técnica e não política, daí a minuciosidade com que a mesma foi feita. Em relação ao Mercado Municipal disse que o mesmo tem problemas estruturais graves, que têm de ser resolvidos, tendo já uma candidatura aprovada. No que concerne à Coceba disse que o valor que está registado em GOP's é dívida. -----

-----Sobre o *software* informático disse que diz respeito a programas de engenharia e arquitectura. Relativamente aos salários dos funcionários da EMCEL, referiu que neste momento está em atraso apenas um mês de salário. Para combater esta situação, a Empresa tem de ser produtiva e os seus colaboradores proactivos. A dívida da EMCEL neste momento é de 1,3 milhões de euros. Sobre as Piscinas Municipais disse que é necessário renegociar o contrato com o Ministério da Educação, que neste momento deve à autarquia cerca de meio milhão de euros, sendo que, com esse montante a autarquia poderia finalizar as obras das Piscinas Municipais e Gimnodesportivo. -----

-----No que concerne à Educação, o Senhor **Deputado Armando Neves** disse que é um assunto preocupante. Na sua opinião, o financiamento para os Centros Escolares não irá ser feito, devendo portanto, serem rentabilizados os equipamentos existentes. Sobre as Piscinas Municipais, disse que o Executivo deveria envidar esforços para que as mesmas reabram, porque perante a conjuntura financeira da autarquia, também não será a sua reabertura que levará o município à falência e pelo menos os utentes podem usufruir deste equipamento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que já têm uma reunião agendada com o Ministério da Educação para expor este

assunto. Disse que inicialmente existia um contrato que só estava assinado pelo responsável do Agrupamento e pelo Senhor Presidente da Câmara de então, tendo o Ministério evocado que o mesmo não era válido. É um contrato que implica o pagamento de 700€/mensais, cuja validade é já de 20 anos, sendo que, essa importância não dá sequer para os gastos com água e electricidade. Disse que o Executivo quando entrou para esta Câmara fez obras no Gimnodesportivo que estava completamente degradado, tendo-se verificado a mesma situação com as Piscinas Municipais, que neste momento têm graves problemas de estrutura. Deu conhecimento dos investimentos que o executivo fez nas várias infra-estruturas, ou seja, relativamente ao Centro Cultural disse que tecto falso havia caído e que chovia lá dentro; a GNR esteve uma série de anos a funcionar no edifício da Câmara e neste momento está a funcionar num local nobre, foi interesse da autarquia ceder um lugar condigno aos agentes das forças de segurança; a Requalificação do Castelo de Celorico da Beira e Torre de Menagem que estavam dotadas ao abandono; regeneração urbana; rede de águas; rede de esgotos; reparação de infra-estruturas básicas, uma vez que os munícipes também pagam IMI; entre outros.-----

-----Na área social foram efectuadas candidaturas ao programa PARES e MASES, uma vez que no concelho só existia um Lar licenciado, sendo sua intenção a conclusão de mais três Lares no Concelho. Percursos pedestres não existiam, neste momento há três; Pousada de Linhares, o parceiro pode não ter sido o ideal, mas foi o que conseguiram, tendo-se pago a maior parte da dívida; Pista de Pesca da Ratoeira é o único local onde se fazem provas a nível Nacional; desenvolveram muito trabalho na área da Protecção Civil; também na área social e desportiva foi desenvolvido grande trabalho. Por fim, disse que todos deveriam apoiar mais o Executivo, uma vez que todo o trabalho que é desenvolvido é em prol dos munícipes.-----

-----**Submetidos a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2012.**-----

-----**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.**-----

-----**5 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2011**-----

-----Foi presente para aprovação a 2.ª Revisão ao Orçamento de 2011, que se anexa a esta acta (**anexo IV**).-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que esta revisão é necessária devido a várias penhoras efectuadas numa conta bancária do Município, na Caixa Geral de Depósitos. Esta conta bancária está exclusivamente afecta a Operações de Tesouraria que incluem verbas que não pertencem ao Município, como por exemplo as retenções dos funcionários (IRS, Segurança Social, CGA, etc.) e as cauções dos empreiteiros. Tendo em conta a especificidade desta conta bancária e os montantes penhorados, o Município não tem a possibilidade de repor esses mesmos valores no curto prazo. De momento a única solução contabilística para se resolver esta situação, é dar entrada dos montantes em causa como receita através de uma rubrica orçamental que não estava prevista no Orçamento para 2011, para que depois se possa contabilizar os pagamentos, daí a necessidade de uma Revisão Orçamental.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento do ano de 2011.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----6 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA (ALTERAÇÃO AOS ARTIGOS 32.º E 33.º)-----

-----Foi presente Regulamento Municipal do Serviço de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Celorico da Beira, que se anexa a esta acta (**anexo V**), para apreciação e aprovação dos artigos 32.º e 33.º.-----

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração aos artigos 32.º e 33.º, do Regulamento Municipal do Serviço de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Celorico da Beira.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----7 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, HIGIENE E LIMPEZA PÚBLICA DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA (ALTERAÇÃO AO ARTIGO 33.º)-----

-----Foi presente Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública do Concelho de Celorico da Beira, que se anexa a esta acta (**anexo VI**), para apreciação e aprovação do artigo 33.º.-----

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao artigo 33.º, do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública do Concelho de Celorico da Beira.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**8 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA (ALTERAÇÃO AOS ARTIGOS 33.º E 34.º)**-----

-----Foi presente Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Celorico da Beira, que se anexa a esta acta (**anexo VII**), para apreciação e aprovação dos artigos 33.º e 34.º.-----

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração aos artigos 33.º e 34.º, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Celorico da Beira.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**9 – REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO**-----

-----Foi presente Regulamento de Apoio ao Associativismo que se anexa a esta acta (**anexo VIII**), para apreciação e aprovação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este Regulamento esteve em discussão pública, conforme aviso e publicação em Diário da República, tendo terminado o prazo e sendo necessário ser submetido à apreciação e aprovação desta Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor **Deputado Henrique Alves** considera que este Regulamento é demasiado complexo, citando a título de exemplo, os requisitos de inscrição; também sobre os requisitos para apoio, mais concretamente o ponto 2, onde refere: “... de um responsável técnico por cada modalidade desportiva;” na sua opinião no mesmo deveria constar, “... de um responsável técnico por cada escalão...”. No que concerne ao art.º

31.º, disse concordar com o mesmo, devendo a autarquia seguir a mesma linha de orientação.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que segundo a informação técnica, este Regulamento trata-se da única questão pendente para o encerramento da Inspeção Ordinária da IGAL que se realizou no Município. Na reunião da Comissão Permanente, todos foram unânimes de que este Regulamento é confuso, dando a ideia de ser um somatório de Regulamentos. Na sua opinião este regulamento deveria ser melhorado, serem convidadas as Associações e membros da Assembleia Municipal, por forma a darem os seus contributos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que foram estudados vários Regulamentos, procurando elaborar um documento que se adapte à realidade do Concelho. Disse que este Regulamento esteve em discussão pública durante 30 dias e que para o Executivo é um documento de trabalho válido. Referiu também, que, se esta aprovação não decorresse da inspeção da IGAL, teriam mais tempo para a sua análise.-----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** pretendeu saber o porquê do Conselho Municipal da Juventude não ter tido qualquer intervenção no que respeita ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo já foi criado. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que a Comissão Permanente fez uma recomendação ao Executivo, no sentido de que cada Regulamento que seja submetido a discussão pública, deverá ser dado conhecimento aos Senhores Deputados, por forma a apresentarem contributos. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão** disse que o PAA já existe desde 2003 e que esta freguesia já se candidatou por diversas vezes. Posteriormente, o mesmo deixou de existir e agora irá ficar novamente em funcionamento, pretendendo saber por quanto tempo o mesmo irá ficar activo e como serão pagos os subsídios. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que se irá abster desta votação, no entanto, está disponível para apresentar contributos por forma a melhorar este documento. -----

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com cinco abstenções, aprovar o Regulamento de Apoio ao Associativismo.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**10 – DESIGNAÇÃO DE TRÊS ELEMENTOS PARA A CPCJ DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, foi presente ofício da CPCJ, informando que de acordo com art.º 26.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), os membros da comissão de protecção são designados por um período de dois anos renovável e o exercício de funções não pode prolongar-se por mais de seis anos consecutivos.-----

-----Assim, e em conformidade, solicita a designação de um elemento, para substituição do Professor Manuel António de Almeida Portugal, que iniciou funções a 28/12/2005, cessando as mesmas a 28/12/2011. Solicita também, a designação de novos elementos, para substituição do Professor César Ferrinho de Olival e Luís Carlos Fernandes Santos, por motivos profissionais.-----

-----Nesta sequência, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi entregue hoje, à mesa, um ofício da Presidente da CPCJ de Celorico da Beira informando que relativamente à informação enviada anteriormente, para a substituição de dois elementos representativos desse órgão na CPCJ, a mesma fica sem efeito, uma vez que os elementos em causa mostraram disponibilidade para continuar a integrar a CPCJ de Celorico da Beira, alegando que o motivo apresentado já não se mantém. --

-----Assim sendo, apenas será necessário substituir o Professor Manuel António de Almeida Portugal, porque atingiu os mandatos definidos por Regulamento.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** em nome da bancada do PS, propôs a aprovação o nome da Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia, para integrar a referida Comissão.-----

-----**Posta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o nome da Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia, para a Comissão Alargada da CPCJ.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**11 – TAXAS DE PUBLICIDADE**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara que se anexa a esta acta (**anexo IX**), para apreciação e aprovação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que à semelhança do ano anterior e dada a conjuntura económica actual, tendo em conta que o comércio local, passa por uma grande recessão, a Câmara pretende contribuir para a melhoria da situação económica dos comerciantes, propondo que relativamente ao licenciamento/renovação de

publicidade, se aplique apenas o artigo 104.º do Capítulo V, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano de 2012 a aplicação do artigo 106.º, do mesmo Capítulo, com excepção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** relativamente às Taxas referiu que tinha sido criado um grupo de trabalho, no sentido de que, em articulação com os técnicos da autarquia, se apresentasse ao Executivo Municipal uma proposta de Regulamento de Taxas e Licenças mais adequada à realidade do Concelho e do Distrito. No entanto, este trabalho não foi realizado, pelo facto de não lhes terem fornecido os elementos solicitados em tempo útil. Contudo, estão disponíveis para rever as Taxas em conjunto com os Técnicos da autarquia, evitando que a excepção passe a ser regra. -----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar que se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do regulamento e tabelas de taxas do município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano de 2012, a aplicação do artigo 106.º, do mesmo capítulo, com excepção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém.** -----

-----*Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.* -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----O Senhor Manuel Portugal disse ter estado atento às intervenções relativamente à requalificação da Escola Sacadura Cabral. Deu conhecimento de que havia recebido um ofício do Senhor Ministro da Educação, Dr. Nuno Crato, no qual era referido que as obras de requalificação da escola estavam suspensas, para reapreciação da obra. Foi já elaborado um documento, no qual é evidenciada a necessidade de requalificação desta escola, no entanto, já lhe foi comunicado de que esta requalificação seria para avançar. Esta obra foi entregue em 2008 à Parque Escolar, parceira da DREC. Deu ainda conhecimento de que os monoblocos que se encontravam na Escola haviam sido retirados, até porque, os mesmos não pertenciam ao Ministério da Educação, mas sim à empresa que fez a requalificação da escola Afonso de Albuquerque, na Guarda e teriam que ser necessariamente retirados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que não tinha tido conhecimento de que os contentores já tinham sido retirados, lamentando o sucedido. Disse que a autarquia envidou esforços para que a requalificação da escola fosse avante, considerando que foram bons parceiros neste processo.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos os presentes, pela forma correcta e democrática como discutiram os assuntos tratados nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, às 2:15h, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----